



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 728/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1651/2015 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Maria Francinete Correia de Lima, Secretária de Estado do Trabalho, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº 173/2016 (fls. 976/983).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4222/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 984/986).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Trabalho. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa.
Recomendação ao SETRAB.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB, sob a responsabilidade do Sra. **Maria Francinete Correia de Lima**, ex-Secretária de Estado do Trabalho, Exercício 2014, nos termos do art. 1º., II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar Multa, no valor de **R\$ 2.978,94** (dois mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), à Sra. **Maria Francinete Correia de Lima**, Ex-Secretária de Estado do Trabalho, pelo não saneamento das impropriedades elencadas nos itens 06, 07, 08, 09, 10 e 11 do Parecer Ministerial n.º 2049/2016 – fls. 954/956;

9.3- Recomendar àquele órgão que:

9.3.1- Observe os dispositivos da Resolução n.º 10/2012 – TCE/AM, relativos ao lançamento de informações via E-CONTAS (antigo ACP);

9.3.2- Elabore o inventário de bens patrimoniais de acordo com as exigências da legislação pertinente, informando seus tombamentos, sob pena de sanção no caso de reincidência da impropriedade nas próximas Prestações de Contas Anuais.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 728/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Agosto de 2016.

13-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral